

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, fevereiro de 2016, número 98. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

Eixos territoriais do agronegócio e movimentos socioterritoriais de luta pela terra no estado do Pará.

ARTIGO DO MÊS

Tradición oral, negridad y política de la significación del espacio geográfico en el Pacífico colombiano. Algunos nexos desde las nociones de ideología y hegemonía.

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XVIII Encontro Nacional de Geógrafos – ENG 2016

“A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia”

UFMA-UEMA/São Luis – Maranhão, 24 a 30 de julho de 2016.

Conferencia Internacional: “tierra y territorio en las Américas: acaparamientos, resistencias y alternativas.

Bogotá – Colômbia, 26 al 29 de agosto de 2016.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Relatório DATALUTA Brasil 2014.
Autor: Rede DATALUTA.

Com esses dados disponibilizados e sistematizados esperamos que o Relatório Dataluta 2014 contribua para entendimento sobre as raízes da violência no campo, que tenta negar historicamente os sujeitos que compõem a classe camponesa no Brasil e que lutam arduamente para conquistar e/o manter-se no território.

Para baixar:
http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2014.pdf.



Quilombo Porto Dom João - São Francisco do Conde / Bahia - Brasil.
Produção: GeografAR

(UFBA).

Documentário desnuda a situação fundiária do quilombo. Busca analisar o processo de (re)produção do espaço no campo baiano a partir da correlação de forças que se define pela ação política dos sujeitos sociais organizados.

Para ver:
https://www.youtube.com/watch?v=LCi8fge_LB



PodCast Unesp – Pod Territorial.
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira, Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).
Revisão: Juliana G. B. Mota, Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.
Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em www.fct.unesp.br/nera

EIXOS TERRITORIAIS DO AGRONEGÓCIO E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DE LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO PARÁ

Rogério Rego Miranda

Professor do curso de Geografia da UNIFESSPA/Marabá – Coordenador do LERASSP¹
rogeriomir@unifesspa.edu.br

Marcos Alexandre Pimentel da Silva

Professor do curso de Geografia da UNIFESSPA/Marabá – Coordenador do LERASSP
mpimentel@unifesspa.edu.br

INTRODUÇÃO

O espaço agrário paraense apresenta em sua paisagem indícios de mudanças substanciais face ao processo de inserção internacional em larga escala de empresas ligadas ao agronegócio. É possível dizer que entre as mudanças observadas, estruturam-se eixos onde se percebe o predomínio de três *commodities*, quais sejam a soja (*Glycine max(L.) Merrill*), o dendê (*Elaeis guineenses*) e a pecuária. A exemplo do dendê e do estímulo à produção do biodiesel, esses eixos se encontram alinhados à política governamental. Destaca-se ainda a pecuária, que conforma um papel importante para a territorialização de empresas atreladas ao setor, contribuindo para o aumento da concentração fundiária e agudizando os conflitos de luta pela terra, nos quais estão envolvidos diversos movimentos socioterritoriais.

Desta feita, o texto versa sobre a composição destes eixos, em que se observa a territorialidade de empresas que ora se articulam com os pequenos produtores ora os desterritorializam por priorizarem o monocultivo e o uso de elementos técnico-científicos no campo.

EIXO TERRITORIAL DO DENDÊ

A produção do dendê no estado do Pará advém desde o início da década de 1980 e se mantém predominante nas mesorregiões do Nordeste Paraense e Metropolitana de Belém, embora apresente uma expansão maior do cultivo da palma na primeira área.

No Brasil, em 1990 foi produzido 522.883 toneladas de dendê e o Pará era responsável pela margem de 317.656 toneladas, ou seja, 60,75% do total da produção interna. Em 2014 foi produzido no país 1.393.873 toneladas e no Pará 1.187.338 toneladas, isto é, 85,18% da produção nacional (IBGE, 2014).

Este crescimento se deveu às políticas públicas, dentre elas aquelas destinadas ao biodiesel, como o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)², cujo objetivo foi o seu incremento gradual na matriz energética brasileira, muito embora grande parte da produção da palma seja para o setor de alimentos.

A respeito especificamente da produção do dendê foi realizado no ano de 2010 o Zoneamento Agroecológico do Dendê, no qual o Pará apresenta 10,5% do seu território (13.121.176 hectares) propício ao plantio deste cultivo, com 37 municípios adequados à atividade (RAMALHO FILHO, 2010).

¹ Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (LERASSP), vinculado a Faculdade de Geografia (FGEO) do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

² O biodiesel corresponde a um combustível biodegradável oriundo de fontes renováveis, obtidos por diferentes processos, como craqueamento, esterificação ou transesterificação. Utilizando-se como matéria-prima a mamona, dendê (palma), girassol, babaçu, amendoim, pinhão manso ou soja (MME, 2011).

A seu turno, as políticas públicas possibilitaram a articulação entre o pequeno produtor e as empresas de biodiesel, a exemplo do Pronaf Eco Dendê, visto que estabelecem contratos de parceria de 25 anos, com o beneficiamento das empresas em função dos incentivos fiscais na produção de biodiesel mediante ao Selo Combustível Social³, ao passo que os agricultores menores são inseridos em uma produção agroindustrial (REPÓRTER BRASIL, 2013).

A Tabela 01 apresenta a distribuição do cultivo em relevo no Pará considerando as mesorregiões aonde se concentram a produção e a expansão da área colhida, salientando que existem áreas em que: (a) o dendê deixou de ser explorado; (b) áreas novas, destinadas ao plantio da palma; e (c) áreas já relativamente consolidadas em termos de frequência da produção e da regularidade da lavoura de dendê. Desta feita, observamos que o Nordeste Paraense ainda permanece enquanto a principal sub-região aonde o dendê avança, mais precisamente no conjunto de municípios que compõem a *área com produção consolidada*, apresentando um crescimento de 24.945 hectares no ano de 2000 para 65.600 hectares em 2014, destacando que neste último ano se sobressaiu os municípios de Tailândia, Concórdia do Pará, Moju, Acará e Bonito, com a produção anual em toneladas, respectivamente de: 405.055; 214.800; 141.151; 135.000 e 84.000. A porção Metropolitana de Belém apresentou no mesmo período de tempo um declínio, pois passou de 7.147 para 4.610 hectares, mas com destaque ao município de Santo Antônio do Tauá que em 2014 obteve uma produção de 40.600 toneladas e representa 62,90 % da área total de colheita de dendê, ou melhor, 2.900 hectares.

Tabela 01: Produção de dendê por mesorregião paraense e a sua área colhida entre os anos de 2000, 2005, 2010 e 2014.

Produto/Atividade	Distribuição espacial por mesorregião	Eixo territorial	Área colhida (ha)			
			2000	2005	2010	2014
Dendê	Nordeste Paraense	Área de produção finalizada: Ipixuna do Pará – Santa Luzia do Pará	2.685	35	0	0
		Área de produção recente: Abaetetuba – Curuçá – Terra Alta	0	0	0	2.165
		Área de produção consolidada: Acará – Bonito – Concórdia do Pará – Igarapé-Açu – Maracanã – Moju – Nova Timboteua – Santa Maria do Pará – São Francisco do Pará – Tailândia – Tomé-Açu – Vigia	24.945	37.982	47.666	65.600
	Metropolitana de Belém	Área de produção finalizada: Inhangapi – Santa Bárbara do Pará	3.116	3.116	178	0
		Área de produção consolidada: Bujaru – Castanhal – Santa Isabel do Pará – Santo Antônio do Tauá	7.147	5.580	4.400	4.610

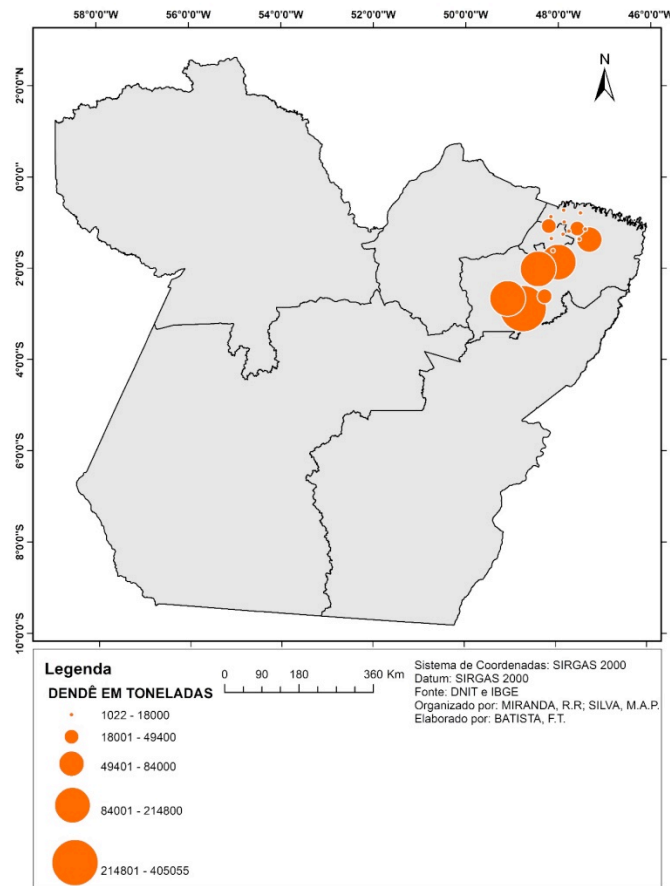
Fonte: IBGE, 2014.

Org. MIRANDA, R. R.; SILVA, M. A. P.

A ampliação do “dendezal” nestas mesorregiões do estado ocorreu pela implantação de diversas empresas no setor de alimentos e de biodiesel, algumas estrangeiras e outras nacionais, operando a monopolização do território (OLIVEIRA, 2002), ao promoverem um consócio com os pequenos agricultores que ficam sob as suas determinações, tais como preços, uso da terra e utilização de insumos agrícolas, corroborando para a subordinação da sua produção pelo capital, sujeitando a sua renda da terra.

O Mapa 01 identifica a maior concentração da produção de dendê nas porções territoriais mencionadas acima e nos dá a ideia da representação espacial do eixo territorial do dendê.

³ O selo é concedido pelo governo federal aquela empresa que obtém matéria-prima da agricultura familiar, em contrapartida recebe benefícios como incentivos fiscais, financiamentos e pode participar com maior vantagem dos leilões, que corresponde a principal forma de comercialização do biodiesel.



Mapa 01: Produção de dendê no estado do Pará em 2014.
 Fonte: PAM IBGE, 2014.

Esse avanço dos dendezais provoca o questionamento sobre o impacto promovido sobre a área florestal. De acordo com Venturieri (2012), ao realizar a análise da dinâmica de uso da terra no Nordeste Paraense, 20% da área destinada para a expansão do dendê entre 1985 e 2008 foi oriunda da conversão da floresta, apesar de 1999 haver um declínio do desmatamento da floresta primária e praticamente nenhuma conversão entre 2004 e 2008, visto que neste período a expansão do dendê ocorre nas áreas de pasto.

A expansão da palma não ocorre sem conflitos de territorialidades, visto que diversos povos tradicionais acabam sendo alinhados à lógica do capital ou lutam pela permanência em seu território, a exemplo do Quilombo Alto Acará que possui suas terras invadidas pela atividade mediante a ação da Biopalma, que além de adentrar nas áreas ainda não tituladas, mas ocupadas pelos quilombolas, incentiva a monocultura do dendê, concorrendo para que pequenos agricultores plantem o produto ou vendam suas propriedades para empresa (TERRA DE DIREITOS, 2015). Há ainda os índios Tembê, da terra Indígena Turé-Mariquita, em Tomé-Áçu-PA, que conflitam com a mesma empresa devido aos problemas causados pelos agrotóxicos, como a contaminação dos rios por insumos que promovem a morte de animais, peixes e doenças ao povo (AMAZÔNIA, 2014).

EIXO TERRITORIAL DA SOJA

Outra atividade que destacamos é o cultivo da soja. O seu incremento no estado do Pará é relativamente recente, advém do final da década de 1990, mas avança exponencialmente a partir dos anos 2000.

No Brasil a soja é introduzida a partir da década de 1970, contudo desponta somente a partir do início de 1990. Em 1997, a produção paraense começa com 1.353 toneladas e sobe em 2014 para 736.947 toneladas, representando 0,84 % do total produzido no país no ano de 2014 que foi na faixa de 86.760.520 toneladas, e 20,92 % da produção da região Norte (3.521.562 toneladas) que ficou na última posição das regiões produtoras do cultivo, liderando respectivamente o Centro Oeste (41.989.830 toneladas), Sul (29.623.128 toneladas), Nordeste (6.571.222 toneladas) e Sudeste (5.054.778 toneladas) (IBGE, 2014).

Ao observarmos a Tabela 02, notamos que a mesorregião de maior produção da soja corresponde a do Sudeste Paraense, apresentando áreas com experiências de cultivos finalizados e recentes, mas destacamos o conjunto de municípios que compõem a *área de produção consolidada*, visto que no ano 2000 apresentava 2.020 hectares e se expandiu, em 2014, para 188.799 hectares, sobressaindo-se os municípios de Santana do Araguaia, Paragominas, Ulianópolis, Dom Eliseu, Rondon do Pará e Santa Maria das Barreiras, que obtiveram, respectivamente, as seguintes produções em toneladas no ano de 2014: 186.000; 121.800; 106.224; 96.000; 36.000 e 21.700.

A segunda mesorregião produtora de soja corresponde ao Baixo Amazonas, cuja *área de produção consolidada* saltou de 50 hectares em 2000 para 28.632 hectares em 2014, sendo que, neste último ano, destacamos Santarém com 43.980 toneladas, Belterra com 41.016 toneladas e Mojuí dos Campos, município criado em 2013, com 36.900 toneladas. É importante frisar que o Baixo Amazonas é bastante integrado ao Sudoeste Paraense que no mesmo período teve sua área plantada de soja aumentada de 155 para 2.820 hectares, com destaque aos municípios de Novo Progresso (3.000 toneladas), Altamira (2.880 toneladas) e Uruará (1.994 toneladas), na Transamazônica.

Por fim, o Nordeste Paraense apresentou algumas iniciativas de exploração da soja, porém sem êxito, com exceção de Tailândia que apesar de uma produção relativamente recente, tem mantido regularidade, visto que a sua área plantada passa de 120 hectares em 2010 para 3.000 hectares em 2014, apresentando neste último ano uma safra de 3.840 toneladas (IBGE, 2014).

Tabela 02: Produção de soja por mesorregião paraense e a sua área plantada entre os anos de 2000, 2005, 2010 e 2014.

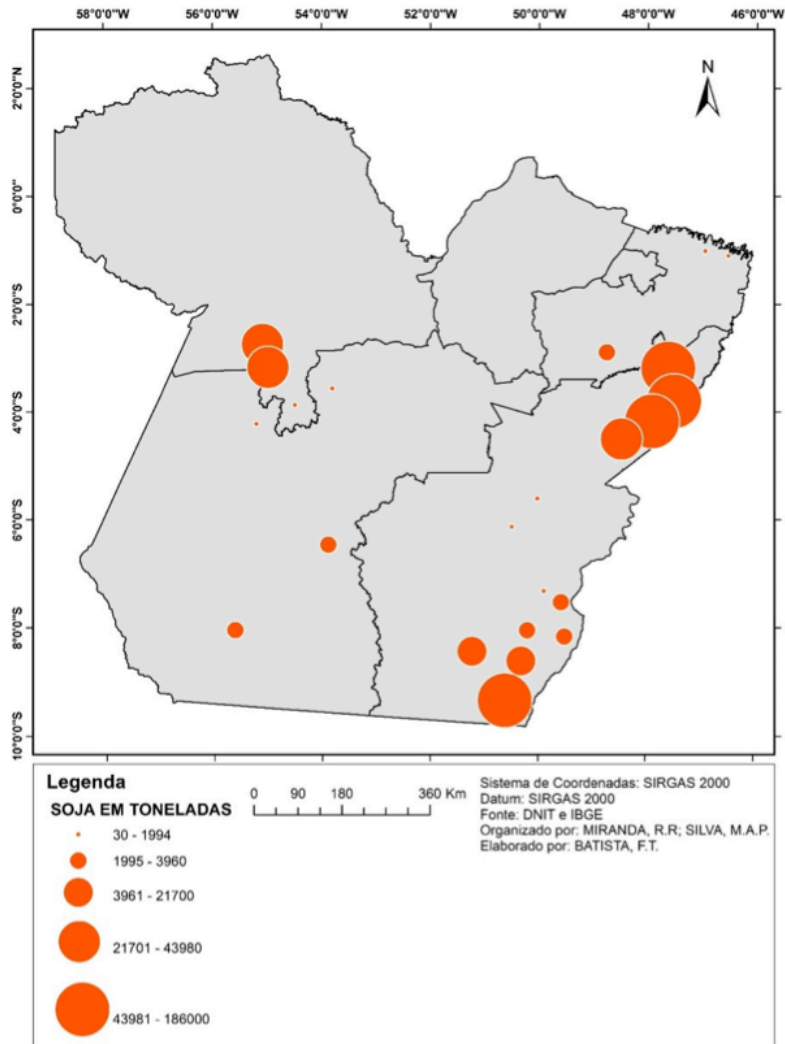
Produto/ Atividade	Distribuição espacial por mesorregião	Eixo territorial	Área plantada (ha)			
			2000	2005	2010	2014
Soja	Sudeste Paraense	Área de produção finalizada: Xinguara – Água Azul do Norte – Ourilândia do Norte – Pau D'Arco	0	0	500	0
		Área de produção recente: Cumarú do Norte - Marabá - Parauapebas - Rio Maria	0	0	0	7.500
		Área de produção consolidada: Conceição do Araguaia – Dom Eliseu – Floresta do Araguaia – Paragominas – Redenção – Rondon do Pará – Santa Maria das Barreiras – Santana do Araguaia – Ulianópolis	2.020	28.860	55.570	188.799
	Baixo Amazonas	Área de produção finalizada: Alenquer – Cururá – Monte Alegre – Porto de Moz	0	1.100	0	0
		Área de produção recente: Mojuí dos Campos	0	0	0	12.300
		Área de produção consolidada: Belterra – Placas – Santarém	50	35.500	28.580	28.632
	Sudoeste Paraense	Área de produção finalizada: Medicilândia – Trairão	0	100	100	0
Área de produção consolidada: Altamira – Novo Progresso – Rurópolis – Uruará		155	800	680	2.820	

<i>Nordeste Paraense</i>	Área de produção finalizada: Bragança – Capanema – Capitão Poço	0	1.600	0	0
	Área de produção recente: Tracuateua – Augusto Corrêa	0	450	0	120
	Área de produção consolidada: Tailândia	0	0	120	3.000

Fonte: IBGE, 2014.

Org. MIRANDA, R. R.; SILVA, M. A. P.

O Mapa 02 identifica a maior concentração da produção de soja nas porções territoriais mencionadas acima.



Mapa 02: Produção de soja no estado do Pará em 2014.

Fonte: PAM IBGE, 2014.

A produção da soja que tem seu início em Paragominas, Ulianópolis, Redenção e Santarém se expande para outras áreas em função de vastas terras com preços mais baratos em relação ao Centro Oeste e Sudeste brasileiro, incentivos fiscais concedidos pelo governo e vias de circulação intermodal que estão em desenvolvimento e articularão rodovias, ferrovias e portos, contribuindo para a redução de custos e aumento da lucratividade. Por esse motivo, empresas de grande porte migram para a região e constroem infraestruturas que viabilizam o armazenamento, o processamento, a circulação e a comercialização da soja.

Entre as grandes empresas, destacam-se a Cargill, Bunge e Dreyfus e as de médio porte, Juparanã, que compram a produção da soja de empresários que migraram no começo da década de 2000 do Centro Sul e se estabeleceram nas *áreas de produção consolidada* e que investiram diretamente na soja ou daqueles que já tinham empreendimentos nestas porções do estado, especialmente ligados à pecuária, mas que atualmente consorciavam criação bovina com a atividade sojeira, como a Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, S.G. de Lima – agricultura e Pecuária e Grupo WLM (Wilson Lemos de Moraes).

No que se refere à relação entre o avanço da soja e o desmatamento, o INPE (2014) realizou um estudo buscando compreender o fenômeno no bioma amazônico. Desta feita, identificou que houve no período de 2007 a 2013 a conversão de 47.028 hectares de floresta para soja, correspondendo a 0,9% do desflorestamento regional e a 4,6 % da porção desmatada nos municípios monitorados (56 municípios em Mato Grosso, 7 municípios em Roraima e 10 municípios no Pará) e a 1,6% da área plantada com a oleaginosa na safra 2013/2014 no bioma em questão. Especificamente no Pará foram analisadas 11.621 hectares de soja, correspondendo a 0,44% da área total desflorestada (2.631.200 hectares). Neste monitoramento se constatou que em 2010 o Pará obteve a maior incidência de desmatamento, aonde dos 63.425 hectares investigados, 1.596 (2,52%) foram desmatados para o plantio de soja e entre as safras de 2012/2013 e 2013/2014 apresentou um crescimento de 75% de área de soja em espaço desflorestado, passando de 6.625 para 11.621 hectares.

Apesar de o estudo indicar que a maior parte da soja não tenha uma relação direta com o desflorestamento, pois seria desenvolvida em áreas de pastos antigos, nos anos iniciais de sua introdução, no Pará, foi responsável por grandes desmatamentos visto que, de acordo com Keiser *et al* (2010), o crescimento deste cultivo no Baixo Amazonas, com destaque a Santarém e Belterra, aprofundou o problema de corte da floresta, a exemplo de Belterra que a partir da safra de 2001/2002 até 2007/2008 teve os incrementos de desmatamento variando de 15% para 315%, ao passo que a soja no mesmo período cresceu de 150 para 15 mil hectares. Isso ocasionou, segundo Carvalho e Tura (2006), a especulação imobiliária, grilagem de terras, extração ilegal de madeira, contaminação hídrica pelos agrotóxicos e ocupação violenta de áreas de povos tradicionais, provocando diversos conflitos fundiários, isto porque as empresas e agentes econômicos atrelados à sojicultura promovem a territorialização do capital (OLIVEIRA, 2002), na qual desterritorializam os pequenos produtores, pois segundo a CPT (2010), em Santarém mais de 500 famílias teriam deixado suas propriedades para ceder lugar aos campos de soja.

EIXO TERRITORIAL DA PECUÁRIA

Diferente dos eixos territoriais do dendê e da soja no estado do Pará, a pecuária não apresenta áreas em que esta atividade tenha sido finalizada. Pelo contrário, é possível identificar dinâmicas de crescimento do rebanho, por vezes registrando um ritmo acelerado; outras onde esse crescimento mantém um ritmo irregular, variando muito pouco e, por fim, há aquelas em que esse ritmo apresentou um considerável declínio, ainda que haja manifestações diversas desse processo (ver Tabela 03).

Tabela 03: Distribuição da pecuária por mesorregião paraense, considerando o efetivo de rebanho bovino de 2000 a 2014.

Produto/ Atividade	Distribuição espacial por mesorregião	Eixo territorial	Efetivo de rebanho (cabeças)			
			2000	2005	2010	2014
Pecuária	Sudoeste Paraense	Áreas de crescimento acelerado: Pacajá – Anapu – Altamira – Novo Progresso – Uruará – Itaituba – Rurópolis	796.579	1.856.510	2.477.895	2.876.717
		Áreas de crescimento irregular: Brasil Novo – Medicilândia	189.080	401.118	310.038	393.589
		Áreas de declínio recente: Vitória do Xingu	283.494	713.786	806.191	746.837
	Baixo Amazonas	Áreas de crescimento regular: Monte Alegre – Alenquer – Oriximiná – Santarém – Óbidos – Placas – Faro.	561.087	803.914	843.026	951.720
		Áreas de declínio recente: Prainha – Porto de Moz – Terra Santa – Juruti – Almeirín	154.166	199.738	243.205	233.243
	Marajó	Áreas de declínio com maiores rebanhos: Chaves – Ponta de Pedras – Cachoeira do Arari – Soure	290.879	258.777	212.795	202.122
		Áreas de declínio recente: Santa Cruz do Ararari – Portel – Muaná – Salvaterra – Afuá – Gurupá	98.617	83.722	87.546	55.818
	Metropolitana de Belém	Áreas de crescimento irregular: Castanhal – Santo Antônio do Tauá – Bujaru – Santa Bárbara do Pará	37.220	53.073	39.123	41.212
		Áreas de declínio de crescimento: Santa Isabel do Pará – Inhangapí – Benevides – Barcarena – Belém – Marituba – Ananindeua	36.649	41.920	36.493	31.011
	Nordeste Paraense	Áreas de crescimento irregular: Ipixuna – Tailândia – Capitão Poço – Santa Luzia do Pará – Moju – São Miguel do Guamá – Capanema – Bragança – Santa Maria do Pará – São Francisco do Pará – Peixe Boi – Tracuateua – Concórdia do Pará	335.647	591.693	493.646	548.622
		Áreas de crescimento estável: Viseu – Irituia – Garrafão do Norte – Cachoeira do Piriá – São Domingos do Capim – Nova Esperança do Piriá – Igarapé-Açu – Nova Timboteua	161.644	240.186	327.819	371.764
		Áreas de declínio de crescimento: Tomé-Açu – Aurora do Pará – Baião – Mãe do Rio – Ourém – Acará – Bonito – Mocajuba – Abaetetuba – Igarapé-Miri – São João da Ponta – Oeiras do Pará – Cametá	346.647	442.763	392.968	346.088
	Sudeste Paraense	Áreas de crescimento acelerado: São Félix do Xingu – Novo Repartimento – Marabá – Cumarú do Norte	1.203.057	3.342.345	3.892.853	4.815.540
		Áreas de crescimento irregular: Santana do Araguaia – Água Azul do Norte – Santa Maria das Barreiras – São Geraldo do Araguaia – Rondon do Pará – Paragominas – Conceição do Araguaia – Tucumã – Redenção – Goianésia do Pará – Bannach – Canaã dos Carajás	3.076.684	4.735.287	3.817.577	4.431.152
		Áreas de declínio de crescimento: Itupiranga – Curionópolis – Breu Branco – Pau D'Arco – Parauapebas – Ulianópolis – Tucuruí – São João do Araguaia	552.386	1.404.118	1.345.200	1.229.113

Fonte: PAM IBGE, 2014.

Org. SILVA, M. A. P.; MIRANDA, R. R.

O Sudoeste Paraense apresentou em 2014 o segundo maior rebanho em termos numéricos no estado do Pará em 2014 (3.651.367). Após 2010, algumas realidades geográficas registraram um crescimento considerável quanto ao número do rebanho em 2014, tais como: Altamira-PA (687.535), Novo Progresso-PA (590.273), Pacajá-PA (536.460), Anapu-PA (262.642), Itaituba-PA (344.197), Uruará-PA (313.523) e Rurópolis (142.087). Estes foram os casos que apresentaram as maiores quantidades de rebanho para a mesorregião: de um lado, é possível observar o crescimento nos rebanhos dos chamados “municípios da Transamazônica” e, de outro, em municípios com extensões próximas à área da BR-163 e aos municípios do Sudeste Paraense, onde a pecuária se encontra bastante consolidada. Em que pese a importância desses dados, é possível identificar uma tendência declinante quanto à taxa de crescimento em alguns municípios, o que em muito pode estar associado ao crescimento do cultivo da soja no oeste do Pará, como parece ser o caso de Novo Progresso-PA que, embora tenha registrado número de rebanho considerável em 2014 (590.273 cabeças), apresenta uma taxa de crescimento declinante. Na mesorregião

do Baixo Amazonas, o maior rebanho no ano de 2014 foi o de Monte Alegre-PA (219.112), seguido de Alenquer-PA (191.140), Oriximiná-PA (140.549) e Santarém-PA (132.300). Entretanto, embora Santarém-PA possua um número elevado de cabeças de gado para o contexto da mesorregião em 2014, apresentou reduzida taxa de crescimento de seu rebanho (0,2%) nesse mesmo ano⁴. Outra questão que importa destacar aqui é que, considerando o intervalo entre os anos de 2010 e 2014, é possível observar municípios que apresentaram taxas elevadas de crescimento quanto ao número de cabeças de gado em pequenos rebanhos, tais como Placas-PA (47,7%) e Faro-PA (47,1%).

O Marajó, por sua vez, apresentou o segundo menor número de cabeças de gado entre os demais municípios do estado do Pará (265.188), perdendo apenas para a mesorregião Metropolitana de Belém (72.223) – a última do *ranking*. Trata-se de um rebanho de pequenas dimensões se comparado aos demais do estado. Para esse contexto sub-regional, os três maiores rebanhos são os de Chaves-PA (77.567), Ponta de Pedras-PA (46.370) e de Cachoeira do Arari-PA (41.295). Entretanto, destaque-se que o primeiro e o terceiro apresentaram declínio em relação ao rebanho registrado em 2010 (-15,2% e -16,5% respectivamente). Isso aponta para uma tendência geral no arquipélago, qual seja, uma tendência maior para o declínio no número de cabeças de gado na região e, conseqüentemente, a produção de pequenos rebanhos no arquipélago, como nos casos de Santa Cruz do Arari-PA (-24,1%), Portel-PA (-2,2%), Muaná-PA (-56,6), Salvaterra-PA (-56,6), Afuá-PA (-50,8) e Gurupá-PA (-71,9)⁵. Dos seus 16 (dezesesseis) municípios, apenas o de Ponta de Pedras-PA (2000: 42.950; 2005: 39.250; 2010: 41.022; 2014: 46.370) apresentou um crescimento relativamente estável, considerando o contexto. Na Metropolitana de Belém, destaca-se apenas o município de Castanhal-PA (27.346) com o maior rebanho – ainda que seu ritmo de crescimento seja irregular. Outros municípios como Santo Antônio do Tauá-PA (6.579), Bujaru-PA (6.482) e Santa Bárbara do Pará-PA (805), embora com pequenos rebanhos, também retomaram o crescimento de seus efetivos em 2014. Por fim, os demais municípios apresentam considerável tendência ao declínio no número de cabeças de gado na Metropolitana de Belém.

A mesorregião do Nordeste Paraense apresentou em 2014 um número elevado referente aos rebanhos de Ipixuna do Pará-PA (106.639), Tomé-Açu-PA (99.782), Viseu-PA (88.074), Aurora do Pará (81.231), Tailândia-PA (80.804), Capitão Poço-PA (79.697), Irituia-PA (78.185), Santa Luzia do Pará (74.668). Destes, Tomé-Açu-PA e Aurora do Pará-PA, apesar de figurarem entre os grandes rebanhos, registraram uma queda nos últimos anos. Em seguida, pode-se identificar municípios que apresentaram uma elevada e contínua taxa de crescimento, a exemplo de Viseu-PA (88.074), Irituia-PA (78.185), Garrafão do Norte-PA (55.324), Cachoeira do Piriá-PA (46.341), São Domingos do Capim-PA (38.636), Nova Esperança do Piriá-PA (27.323) e Nova Timboteua-PA (15.982). Há, por fim, os municípios que a partir de 2005 passaram a apresentar um movimento de redução nos seus efetivos, tais como: Tomé-Açu-PA, Aurora do Pará-PA, Baião-PA, Mãe do Rio-PA, Acará-PA, Bonito-PA, Mocajuba-PA, Abaetetuba-PA, Igarapé-Miri-PA, São João da Ponta-PA, Oeiras do Pará-PA e Cametá-PA. Desses, o município de Abaetetuba-PA é o

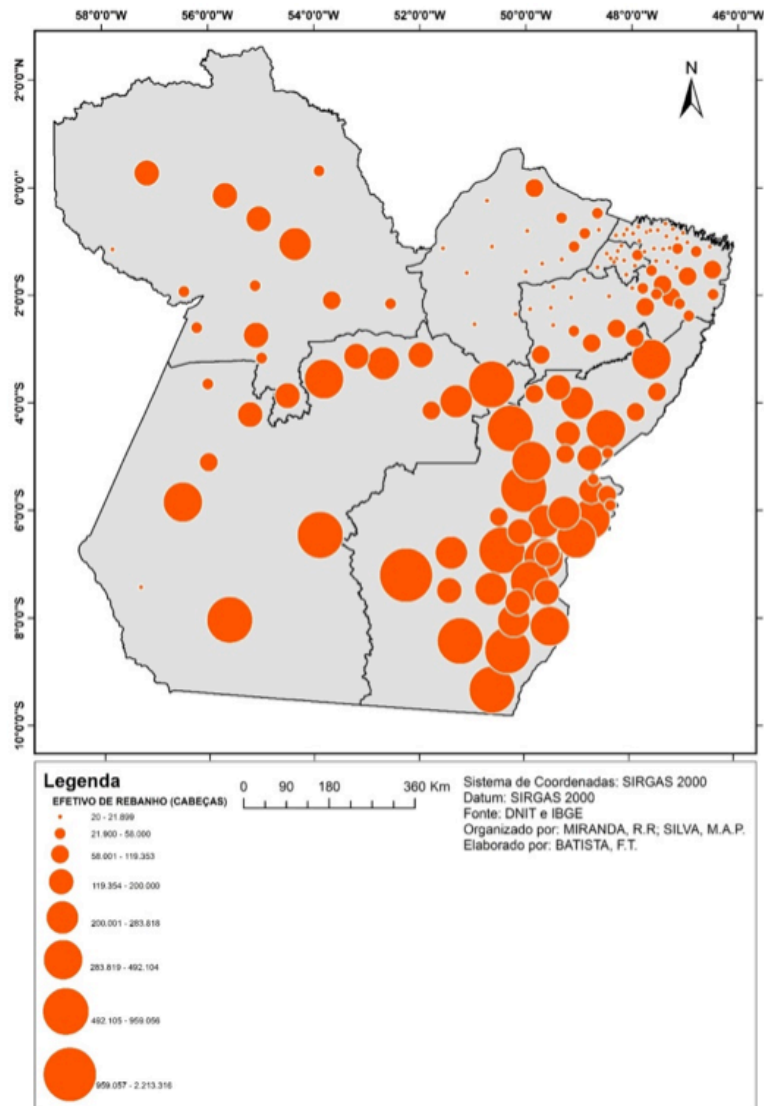
⁴ Se considerarmos que em 2013 o antigo distrito de Mojuí dos Campos foi desmembrado de Santarém-PA e elevado à categoria de município, e que Mojuí dos Campos-PA aparece apenas na contagem de 2014; temos que o rebanho pertencente à Santarém até então era ainda maior do que o apresentado em 2014.

⁵ O município de Portel é o mais ilustrativo dessa tendência, dado a seguinte distribuição de suas taxas negativas de crescimento: 2000-2005: -43,1%; 2005-2010: -12,5%; 2010-2014: -2,2% (Fonte: IBGE, 2014).

mais emblemático, pois a 14 anos o declínio do seu rebanho é contínuo: 2000: 4000; 2005: 3791; 2010: 2263; 2014: 1700.

O Sudeste Paraense despontou como a mesorregião onde se localizam os maiores rebanhos do estado do Pará em 2014, tais como: São Félix do Xingu-PA (2.213.310), Novo Repartimento-PA (959.056), Marabá-PA (900.000) e Cumaru do Norte-PA (743.174). Esses quatro municípios registram taxas de crescimento contínuas, foram os rebanhos que mais cresceram no estado do Pará. Além disso, há um número extremamente elevado de municípios que apresentam um grande rebanho em 2014, porém sob um ritmo de crescimento instável, oscilando entre declínio e aumento a cada cinco anos, como: Santana do Araguaia-PA (613.911), Água Azul do Norte-PA (585.400), Santa Maria das Barreiras-PA (544.541), São Geraldo do Araguaia-PA (395.000), Rondon do Pará-PA (365.086), Paragominas-PA (348.652), Conceição do Araguaia-PA (313.561), Tucumã-PA (283.818), Redenção-PA (279.554), Goianésia do Pará-PA (260.724), Bannach-PA (240.905) e Canaã dos Carajás-PA (200.000). Por fim, existem áreas formadas pelos seguintes municípios que apresentaram um declínio em 2014: Itupiranga-PA, Curionópolis-PA, Breu Branco-PA, Pau D'Arco-PA, Parauapebas-PA, Ulianópolis-PA, Tucuruí-PA, São João do Araguaia-PA.

O Mapa 03 apresenta a distribuição espacial da pecuária no estado do Pará, a fim de representar as formas de como essa atividade se especializa no território.



Mapa 03: Efetivo de rebanho bovino no estado do Pará em 2014.
 Fonte: PAM IBGE, 2014.

Os municípios que mais se destacaram em 2014, no que se refere ao desempenho da pecuária no estado do Pará, estão localizados na mesorregião do Sudeste Paraense, fato esse que se relaciona às áreas de atuação das empresas agropecuárias de grande porte que atuam na região.

No estado do Pará, sobretudo no Sudeste Paraense, destacam-se a JBS S.A (frigorífico), o Grupo Opportunity – Agropecuária Santa Barbara, Xinguara S.A. e a Floresteca (empresa norte americana). São empresas que possuem seus investimentos ligados à pecuária, e que vêm consorciando essa atividade com o plantio de grãos, mormente a soja, Agropecuária Santa Bárbara Xinguara.

No que refere aos dados acerca do efetivo de rebanho paraense, quando os consideramos em conjunto com a *fisignomia* de sua distribuição espacial e a localização dos principais grupos econômicos; é possível considerar o seguinte:

I – A atividade pecuária, assim como a produção da soja e do dendê, define possivelmente o terceiro eixo territorial do agronegócio. Estes eixos, suas formas e dinâmicas territoriais, guardam profunda relação com as especificidades de cada atividade.

II – O eixo territorial da pecuária se encontra sobretudo no Sudeste Paraense, a partir do município de São Félix do Xingu, e seu entorno imediato formado pelos municípios de Marabá, Novo Repartimento, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Cumaru do Norte, Redenção, Conceição do Araguaia e Água Azul do Norte (Sudeste Paraense), espalhando-se em direção à Altamira e Novo Progresso, mais a oeste da mesorregião, chegando ainda, mais ao norte, ao município de Pacajá (Sudoeste Paraense).

III – É possível identificar o crescimento de pequenos rebanhos em municípios fora da região de influência do eixo territorial da pecuária, como no Nordeste Paraense – mais especificamente a área denominada de Salgado; na Metropolitana de Belém; no Marajó e em alguns municípios na mesorregião do Baixo Amazonas. Esse processo foi reforçado a partir de 2010, possivelmente com acesso a linhas de financiamento que estimularam a prática da pecuária em pequenos estabelecimentos.

IV – Finalmente, não se trata de uma área exclusiva ao eixo territorial da pecuária, pois existem sobreposições entre pecuária e soja, e entre pecuária e dendê, que precisam ser estudadas, tais como: (a) no extremo sul da mesorregião do Sudeste Paraense, onde a pecuária encontra a produção de soja nos municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Cumaru do Norte e Redenção; (b) ao longo das rodovias BR-222 e BR-010, em direção aos municípios onde a soja tende a se expandir, como Rondon do Pará, Dom Elizeu, Ulianópolis e Paragominas; (c) em direção ao oeste do Pará, nos municípios de Belterra e Santarém; e (e) na mesorregião do Nordeste Paraense, considerando os municípios onde o plantio do dendê tende a se estabelecer, a exemplo de Acará, Bonito, Concordia do Pará, Igarapé-Açu, Maracanã, Moju, Nova Timboteua, Santa Maria do Pará, São Francisco do Pará, Tailândia, Tomé-Açu e Vigia.

OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO ESTADO PARÁ

Os eixos territoriais definidos pelo agronegócio no Pará são igualmente locais de grandes conflitos envolvendo movimentos sociais que reivindicam a reforma agrária, em outros termos, esses movimentos também produzem espaços a partir da ação política, ao buscarem intencionalmente transformar suas realidades (FERNANDES, 2005). Por outro lado, os movimentos igualmente podem territorializar quando a questão é o controle, a posse, o domínio do espaço socialmente produzido. Então eles podem se territorializar, desterritorializarem-se e/ou se reterritorializar, à maneira do *continnun* território-desterritorialização-reterritorialização de que fala Haesbaert (2004). Nesse processo, acumulam e assim promovem uma pluriterritorialidade. Esse movimento de transformação do espaço em território ocorre pela conflitualidade, mediante ao enfrentamento entre as forças políticas que almejam a criação e o controle do território (FERNANDES, 2005).

No estado do Pará, historicamente, a luta pela terra se traduziu no principal objeto que definiu o *continnun* território-desterritorialização e reterritorialização no espaço agrário e em muitas cidades. Essa dinâmica envolveu movimentos e sujeitos políticos diversos. Assim, conforme os dados organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) para o período de 1999-2014, expostos no Quadro 01 a seguir; podemos dizer que os principais movimentos e sujeitos políticos, assim como entidades e organizações são os seguintes:

Quadro 01: Número de famílias em ocupações de terra no estado do Pará - 1999/2014.

Forma da ocupação	Movimentos/ Organizações	N.º de famílias	N.º rel. (%)	N.º de ocupações	N.º rel. (%)	Locais das ocupações de terra – Mesorregiões do estado
Movimentos/ organizações sócioterritoriais considerando suas ações de ocupação de terra	ASPARMAB	40	0,08	2	0,56	Sudeste Paraense
	AST	144	0,29	2	0,56	Sudeste Paraense
	ATR	286	0,57	7	1,96	Sudeste Paraense, Sudoeste Paraense
	ATUVA	105	0,21	1	0,28	Sudeste Paraense
	CPT	64	0,13	1	0,28	Sudeste Paraense
	FETAGRI	8257	16,43	66	18,44	Sudeste Paraense, Nordeste Paraense, Sudoeste Paraense, Baixo Amazonas, Metropolitana de Belém
	FETRAF	2550	5,07	20	5,59	Sudeste Paraense, Nordeste Paraense, Metropolitana de Belém
	LCP	420	0,84	6	1,68	Sudeste Paraense, Marajó
	MCNT	1000	1,99	1	0,28	Marajó
	MPA	300	0,60	1	0,28	Sudeste Paraense, Marajó
	MSN	196	0,39	3	0,84	Sudeste Paraense, Nordeste Paraense
	MST	11153	22,19	44	12,29	Sudeste Paraense, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense,
	OI	138	0,27	2	0,56	Sudeste Paraense
	OTC	28	0,06	2	0,56	Sudeste Paraense, Sudoeste Paraense
	Quilombolas	650	1,29	1	0,28	Nordeste Paraense
SS	102	0,20	3	0,84	Nordeste Paraense, Sudeste Paraense	
STRs	6483	12,90	58	16,20	Sudeste Paraense, Nordeste Paraense, Sudoeste Paraense	
SI	15173	30,19	126	35,20	Sudeste Paraense, Nordeste Paraense, Metropolitana de Belém, Baixo Amazonas, Sudoeste Paraense,	
Movimentos/ organizações sócioterritoriais considerando articulação de ações de ocupação de terra	FETAGRI/STRs	642	1,28	4	1,12	Sudeste Paraense, Metropolitana de Belém
	FETAGRI/STRs/ CPT	350	0,70	1	0,28	Sudeste Paraense
	MST/FETAGRI	1800	3,58	3	0,84	Sudeste Paraense
	FETAGRI/ FETRAF	280	0,56	2	0,56	Sudeste Paraense, Metropolitana de Belém
	CPT/STR/ Diocese	32	0,06	1	0,28	Baixo Amazonas
	ATR/FETAGRI/ FETRAF	60	0,12	1	0,28	Sudeste Paraense
TOTAL		50253	100,00	358	100,00	

Fonte: CPT, 2014.

Org. SILVA, M. A. P.; MIRANDA, R. R.

De 1999 a 2014, o número total de famílias envolvidas em ocupações por parte dos movimentos e/ou organizações sócioterritoriais foi de 50.253; e um total de 358 ocupações distribuídas nas 6 (seis) mesorregiões do estado Pará. Entretanto, há ainda hoje um número expressivo de ocupações de terra no estado do Pará (32,50%), assim como de famílias (30,19%), ainda sem registro ou com dados parciais, o que se deve possivelmente à algumas mudanças na metodologia de coleta de dados da CPT.

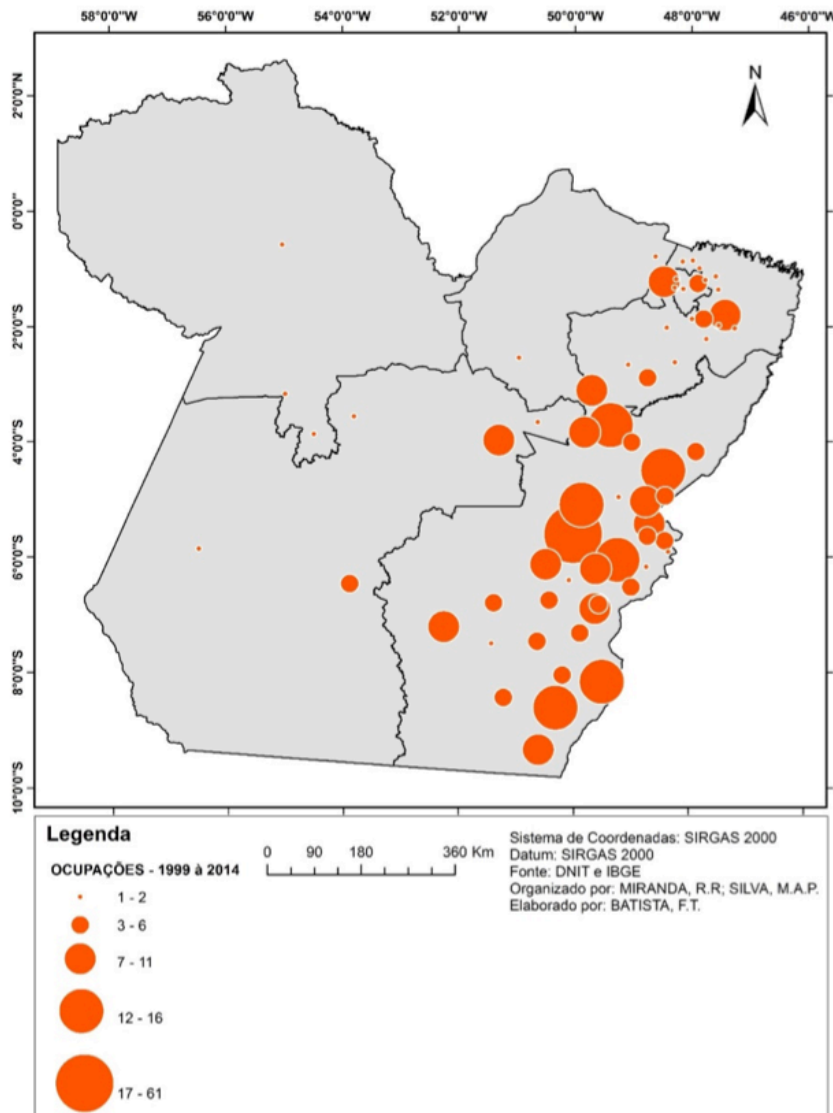
No que se refere ao número de famílias envolvidas nos processos de ocupação de terra ao longo do período 1999-2014, destacam-se o MST (22,19%), a FETAGRI (16,43%) e os STRs (12,90%) – que estão ligados a FETAGRI ou a FETRAF.

Para Fernandes (2001) as ocupações de terra compreendem a uma das formas dos sem-terra espacializarem a sua luta, constituindo igualmente um mecanismo de reprodução do campesinato, face ao processo desterritorizador empreendido pelo capital, embora ao conquistarem a terra se reinsiram na produção capitalista de relações não capitalistas de produção de maneira subordinada.

Com base nos dados acima, ao lado da diferença entre espacialização e territorialização anteriormente citados, podemos diferenciar no estado do Pará os movimentos socioespaciais e movimentos

socioterritoriais, conforme a proposta de Fernandes (2005). Assim, os movimentos socioespaciais compreendem aqueles sujeitos que não reivindicam o território, mas são mediadores, representantes da reivindicação dos espaços e territórios, a exemplo das Ong's. No último caso se observa que o território é a condição da existência em suas mais variadas dimensões. Podem existir movimentos (socioterritoriais) isolados, que são aqueles restritos a uma determinada área geográfica. Por outro lado, existem também os movimentos (socioterritoriais) territorializados, os quais são assim caracterizados por atuarem em várias macrorregiões, conformando uma rede de relações com estratégias políticas, agindo em diversas escalas, tal qual ocorre com movimentos camponeses, indígenas, dentre outros.

Vejamos, conforme o Mapa 04 a dinâmica espacial dos movimentos socioterritoriais no estado do Pará, a partir das ocupações de terras.



Mapa 04: Ocupações de terra no estado do Pará entre 1999 e 2014.
Fonte: CPT, 2014.

O mapa permite considerar que as ocupações de terras se concentram próximo aos eixos territoriais da soja, do dendê e da pecuária – com exceção do Baixo Amazonas e Sudoeste Paraense, que Disponível em www.fct.unesp.br/nera

não apresentam muitas ocupações, o que não significa ausência de conflito – isto porque muitas áreas apropriadas pelos agentes econômicos atrelados a estas atividades são passíveis de questionamentos quanto a sua condição legal, visto que são do governo estadual ou federal, a exemplo dos antigos castanhais no Sudeste Paraense, que eram cedidas a exploração da castanha por um determinado período, mas que acabaram sendo incorporadas ilegalmente ao mercado de terras, por isso são disputadas pelos movimentos socioterritoriais que reivindicam-nas para fins de reforma agrária, como ocorre com as fazendas Cedro (Marabá) e Maria Bonita (Eldorado dos Carajás) da empresa Agropecuária Santa Barbara Xinguara S.A. e que estão ocupadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Como podemos observar a espacialização da luta pela terra por meio das ocupações é uma das estratégias desenvolvida pelos movimentos socioterritoriais que igualmente promovem como meio de mobilização as manifestações, ocupações de prédios públicos, construção de acampamentos que perduram anos até alcançar o objetivo maior que é o assentamento das famílias envolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos de territorialidade expostos neste texto contrapõem duas lógicas de apropriação do território, que manifestam relações de poder bastante assimétricas e com estratégias de luta bem diferenciadas.

Os eixos territoriais definidos pelo agronegócio no Pará são resultantes de ações violentas por parte dos empresários, dos incentivos governamentais e também das *agroestratégias*, em que a territorialização do capital na atualidade se realiza a partir de estratégias de empresas atreladas ao setor de *commodities* de grãos e minérios, com o objetivo de retirar obstáculos existentes na área jurídico-legislativa e representados pelos povos tradicionais (quilombolas, indígenas, fundo de pastos, camponeses etc.), para a expansão do mercado de terras, importante ativo para o capital, seja para especulação ou para ampliação das atividades agrominerais ou mesmo apropriação de recursos naturais (água, plantas, madeiras nobres etc.) (ALMEIDA, 2009).

Todavia, há que se considerar o papel dos movimentos socioterritoriais na instauração de outra lógica de enfrentamento às *agroestratégias*, capaz de deslocar a arena do conflito para uma dimensão propriamente geográfica: a do território e seus “derivativos” – (a) a territorialização dos eixos do agronegócio, como se pode perceber pela distribuição espacial das ocupações de terra dos movimentos socioterritoriais; (b) o fortalecimento de usos diversificados do território, como o estímulo ao debate agroecológico em detrimento das práticas monoculturais; e (c) a transformação da luta pela terra em luta por território.

Esquemáticamente, podemos dizer que, de um lado, as *agroestratégias* atuam em duas frentes no estado do Pará: (a) removendo os obstáculos legais à apropriação de terras indígenas, territórios quilombolas, assentamentos rurais, acampamentos, áreas de proteção ambiental, entre outros; e (b) produzindo eixos territoriais do agronegócio, o que tem levado à perda da diversidade dos territórios na Amazônia. Por outro lado, as ações dos movimentos socioterritoriais passam pelo território não como “estoque de terras”, mas como dimensão constitutiva de suas lutas. Estimulam diferentes usos do território, a exemplo do desenvolvimento das práticas agroecológicas e do fortalecimento às atividades que dependem

da floresta “em pé”. Com isso, acabam adicionando conteúdos diversos às suas estratégias, compondo territorialidades hifenizadas. Daí falarmos na possibilidade de *agro-extrato-etno-eco-territorialides*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Agroestratégias e desterritorialização – Os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B (org.). **O plano IRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica**. Belém: Federação de órgãos para assistência social e educacional/FASE; Observatório Comova, 2009.

AMAZÔNIA. **Índios Tembê apreendem carros e tratores da Biopalma contra contaminação por agrotóxicos**, 2014. Disponível em: <[http://www.amazonia.org.br/2014/10/indios-tembe-apreendem-carros-e-tratores-da-biopalma-contra-contaminação-por-agrotóxicos/](http://www.amazonia.org.br/2014/10/indios-tembe-apreendem-carros-e-tratores-da-biopalma-contra-contaminacao-por-agrotoxicos/)>. Acesso em janeiro de 2016.

CARVALHO, Vânia; TURA, Letícia. **A expansão do monocultivo de soja em Santarém e Belterra: injustiça ambiental e ameaça à segurança alimentar**. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Belém. mimeo, 2006.

COELHO, Maria Célia Nunes. Grandes mineradoras e processos de territorialização na Amazônia Brasileira. In: BICALHO, Ana Maria S. M.; GOMES, Paulo Cesar da Costa (orgs.) **Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica**. Rio de Janeiro: Publit, 2009, p.71-92.

CPT. **Santarém apresenta dossiê contra Cargill em audiência pública na região**. 2010. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitosnocampo/321cptsantaremapresentadossiecontracargillemaudienciapublica>> Acesso em janeiro de 2016.

_____. **Conflitos no campo Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/viewcategory/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>> Acesso em janeiro de 2016.

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera** (Presidente Prudente) Ano 8 N. 6 Janeiro/Junho de 2005 em <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista/Arq_6/Textos%20PDF/Fernandes.pdf> Acesso em nov. 2014.

_____. A ocupação como forma de acesso à terra. In: 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001, Santiago de Chile. **Anais** ... Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=29&i=P> f>. Acesso em janeiro de 2016.

INPE. **Moratória da soja: 7º ano do mapeamento e monitoramento do plantio de soja no bioma Amazônia**, 2014. <<http://www.inpe.br>>. Acesso em janeiro de 2016.

KEISER, E.; PINHEIRO, R.; CARVALHO, R. **Avaliação do Estudo de Impacto Ambiental do Terminal Graneleiro da Cargill em Santarém**. Julho de 2010. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2010/8/Analise_EIA_RIMA_Cargill_24_julho_2010.pdf>. Acesso em agosto de 2015.

MME. Ministério das Minas e Energia. **Biodiesel**. 2011. Disponível em <<http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/biodiesel/perguntas.html>> Acesso em janeiro de 2016

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

RAMALHO FILHO et al. **Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro para as áreas desmatadas da Amazônia Legal**. Embrapa Solos, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

REPÓRTER BRASIL. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis**, 2013. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/AgriculturaFamiliar_Biodiesel2010.pdf>. Acesso em janeiro de 2016.

TERRA DE DIREITOS. **Boletim empresas e violações de direitos humanos: esse lucro não é direito**, 2015. Disponível em: <<http://www.terradedireitos.org.br/2015/10/empresas-e-violacoes-de-direitos-humanos-esse-lucro-nao-e-direito/>>. Acesso em janeiro de 2016.

VENTURIERI, Adriano. Programa de Mapeamento e Monitoramento da Expansão do Plantio de Palma de Óleo no Brasil. **Apresentação na 8ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo**. Brasília, DF, 8 de agosto de 2012